

## Capitão Pedro Leite: um sujeito em transição

*Captain Pedro Leite: a person in transition*

Janaína Amorim da Silva\*

Giovanna Santana\*\*

Elison Antonio Paim\*\*\*

Palavras chave:  
Pedro Leite  
Identidade  
Afrodescendentes

Resumo: Este artigo segue os rastros do Capitão Pedro Leite em suas tramas vivenciadas no município de São José, no Estado de Santa Catarina, na virada do século XIX para o XX. Analisamos na trajetória do oficial de justiça afrodescendente, filho de mãe escravizada, as diferentes matrizes culturais de origem africana e europeia que se entrecruzam entre conciliações e conflitos de poder hegemônicos e contra hegemônicos. As fontes são registros da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito, documentos do Museu do Tribunal de Justiça e narrativas de moradores da cidade. Partindo da História Social e dos estudos pós-coloniais, observamos as práticas do Capitão do Cacumbi Pedro Leite, atentando para suas estratégias de resistência tecidas em redes de sociabilidades, e evidenciando o caráter da cultura como um corpo complexo de práticas, de necessidades e de expectativas.

Keywords:  
Pedro Leite  
Identity  
Afrodescendants

Abstract: This article follows the historical character Pedro Leite on his path in São José city, Santa Catarina, in the turn of century XIX for XX. It analyses the history of the afrodescendant bailiff, son of a slave mother, the different conflicts and conciliations in cultures of african and european origin, among hemonical and counter-hegemonic powers. The sources are registers of the brotherhood's Nossa Senhora do Rosário and São Benedito, documents of the São José's Tribunal Justice Museum, and also narratives of city locals. With the social history and p-colonial studies perspectives, we observed the practices of the Cacumbi Captain's Pedro Leite, paying attention to his strategies in the network and showing the character of culture as one whole of practices, necessities and expectations.

Recebido em 4 de março de 2021. Aprovado em 13 de outubro de 2021.

\* Doutoranda no Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal de Santa Catarina e professora efetiva da Prefeitura Municipal de São José. Mestra em Educação pela Universidade Estadual de Santa Catarina e especialista em Arte e Ciências Humanas pela UDESC. É integrante dos grupos de pesquisa Pameduc (UFSC) e do Grupo Rastros (USF). E-mail: [janainayemanja\\_@hotmail.com](mailto:janainayemanja_@hotmail.com).

\*\* Doutoranda no PPGE/UFSC e bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Mestra em Educação e graduada em História pela UFSC. É integrante dos grupos de pesquisa Pameduc (UFSC) e do Grupo Rastros (USF). E-mail: [giovanna\\_santana@hotmail.com.br](mailto:giovanna_santana@hotmail.com.br).

\*\*\* Professor permanente do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE), do Mestrado Profissional em Ensino de História (Profhistória-UFSC) e da Graduação em História da Universidade Federal de Santa Catarina. Bolsista Produtividade CNPq chamada PQ – 2020. Pós-doutor pelo Instituto Superior de Ciências da Educação - Huíla (ISCED) em Angola. Doutor em Educação pela Unicamp e Mestre em História pela PUC-SP. Membro dos grupos de pesquisa Pameduc (UFSC), Rastros (USF) e Kairós (UNICAMP). E-mail: [elison0406@gmail.com](mailto:elison0406@gmail.com).

## Introdução

A fotografia de Pedro Leite posando na Praça Hercílio Luz, localizada no Centro Histórico de São José, no Estado de Santa Catarina, apresenta-nos um homem afrodescendente bem trajado e de postura confiante. A bengala em uma das mãos e na outra um cigarro, assim como a cartola e o terno cuidadosamente alinhado nos seus ombros nos revelam o lado formal deste homem. Dentre as múltiplas facetas de sua personalidade, discorreremos neste artigo sobre a trajetória de Pedro Leite, um sujeito em constante transição<sup>1</sup>. Na foto os escritos à mão anunciam: o oficial de justiça.



**Figura 1 - Pedro Leite: o oficial de justiça.**

Fonte: Osni Machado e Gilberto Gerlach (2007).

Nesta ocasião percorria como de costume os casarios do Centro de São José da Terra Firme, cidade que se configurava no século XIX e início do século XX como uma das maiores do Estado de Santa Catarina. Edificados no centro da cidade, os casarios coloniais portugueses compõem um

conjunto arquitetônico aliado às paisagens naturais, que atraem passantes e turistas dos mais ilustres. No período, ex-escravizados, trabalhadores e imigrantes davam corpo ao fluxo migratório contínuo das zonas rurais em direção à cidade, criando nestes espaços uma intensa e complexa rede de sociabilidades. Em meio ao contexto do pós-abolição, novas categorias sociais foram sendo modeladas ao mesmo tempo que o modelo de civilização era gestado.

A prosperidade de São José esteve principalmente vinculada à sua ligação com a capital do estado, em particular antes da construção da ponte Hercílio Luz em 1926. Dispondo de um porto marítimo apreciável, a cidade era um importante entreposto de produtos coloniais, o que lhe permitiu desfrutar de prestígio comercial no estado para onde convergiam as mercadorias provindas do interior (SILVA, 2011). Após as transações normais de compra e venda, os produtos eram transportados pela via marítima para a ilha-capital, em lanchões, especialmente do bairro da Praia Comprida em São José.

A história da cidade, localizada na região da Grande Florianópolis, contou com a presença exclusiva dos povos indígenas até o século XVIII<sup>2</sup>. A partir de 1750, somaram-se os colonizadores portugueses advindos das Ilhas dos Açores para conter a possível ocupação espanhola na Ilha de Santa Catarina. Ainda no século XVIII, foram recebidos os primeiros povos de origem africana na condição de escravizados, provenientes de diferentes nações como Guiné, Mina, Muçamba, Marimbeiro, Angola e Rebolo (FARIAS, 2001). Em 1828, houve a recepção de imigrantes alemães, e mais tarde em menor quantidade, contingentes de outras etnias tais como italianos, franceses e árabes<sup>3</sup>.

Segundo o relatório do Presidente da Província de 1872, o município foi o terceiro com maior número de escravizados de origem africana de Santa Catarina, logo após Lages e Laguna<sup>4</sup>. Até o final do século XIX, São José foi uma das maiores cidades catarinenses em extensão territorial, estabelecendo limites com Lages. A cidade destacava-se economicamente por explorar mão-de-obra escravizada tanto na área rural como urbana, tendo como base a lógica nacional capitalista de colonização e de colonialidade fundamentada na hierarquia dos sujeitos racializados

(GROSFOGUEL, 2019). A medida que a população crescia, ampliaram-se as produções das lavouras de café e de algodão, as manufaturas de produtos como farinha de mandioca, milho e tapioca, açúcar e cachaça, além de outras atividades de relevância econômica como a cultura do charque e dos refrescos, a extração da madeira, entre outros ofícios como a olaria e o comércio, todos de alguma maneira interligados ao sistema escravagista<sup>5</sup>.

A cidade no pós-abolição representava um espaço dinâmico, pois nela os lucros provenientes do comércio e da agricultura foram aplicados com o propósito de expansão da rede de serviços e de ampliação das melhorias coletivas como pavimentação nas ruas principais.

Nascido no final do século XIX, antes da Abolição, porém já de ventre livre, Pedro Leite conviveu no ambiente escravocrata com sua mãe. Teve uma vida dura, trabalhou na lavoura e com o auxílio de políticos locais completou o curso complementar. O auxílio ocorreu por meio das redes de sociabilidade estabelecidas com sua parceira Maria Lucas, e também em função da convivência com pessoas influentes da política catarinense que assim como ele frequentavam o Centro Espírita de Umbanda da Mãe Malvina (SILVA, 2011). A instrução possibilitou que Pedro Leite ingressasse na profissão de oficial de justiça, adquirindo prestígio na sociedade jofense.

Os mais antigos habitantes guardam na memória que Pedro Leite era um homem muito inteligente e bem relacionado<sup>6</sup>. Pessoa querida pelos trabalhadores e pela elite era considerado um “Negro da Avenida”, quem conseguia atender aos pedidos dos mais necessitados, articulando-se entre os poderosos da cidade e da capital<sup>7</sup>. Esse caráter diplomático que exercia entre as diferentes realidades que a ele se apresentavam, confirma a postura de Pedro Leite como um sujeito em constante transição.

Como o *flâneur* de Walter Benjamin (1989) que se deixa vagar por entre os labirintos da cidade, Pedro Leite mantinha o andar firme, confiante, carregando sempre consigo a cartola, a bengala e a lata com os mandatos a serem entregues embaixo do braço. Durante as primeiras décadas do século XX, olhares atentos o perseguiam, na certa, com receio de merecerem a visita do oficial de justiça.

Que outros motivos encontramos por detrás dos olhares temerosos que fitavam Pedro Leite durante sua caminhada no centro da cidade? O que sua experiência tem a nos ensinar a respeito do contexto histórico que vivenciou no município de São José? Quem é sujeito para além da figura do oficial de justiça? E por que sua narrativa é pouco ouvida e contada pela história oficial do município apesar de sua notável posição na sociedade jofense?

Como promovedor de eventos e de festividades, Pedro Leite envolveu-se nas mais diversas práticas culturais da Grande Florianópolis, desde o boi-de-mamão (manifestação cultural de Santa Catarina), os blocos de carnaval, os rituais do Cacumbi (ticumbi ou congada, dança de matriz africana), participando também da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito, e ainda da Umbanda<sup>8</sup>.

Movimentando-se entre diferentes matrizes culturais, Pedro Leite habitou o entre-lugar, isto é, a condição de estrangeiro em seu próprio local de nascença. Pois como afirma Homi Bhabha (1998, p. 186), “O poder colonial produz o colonizado com uma realidade fixa que é imediatamente em “outro” e ainda inteiramente conhecível e visível”. Era, portanto, emoldurado como um “Negro da Avenida”, instalado nas classes sociais abastadas, mas ainda distante da branquitude e, ao mesmo tempo, diferente dos menos favorecidos nas estruturas econômicas e raciais da qual emergira (SCHUCMAN, 2014).

Seus deslocamentos no palco da história fazem transparecer a circularidade da cultura que se choca em diferentes ambientes. Frequentando desde os espaços da elite até os espaços mais marginalizados pelo fundamentalismo religioso e pelo preconceito racial, observamos o limite das noções triviais de alta e baixa cultura, dado que na trajetória de Pedro Leite ela se manifesta na totalidade dos diferentes modos de vida.

Pedro Leite exercitou seu protagonismo no tecido social, reafirmando a importância da experiência humana como categoria de análise para a História Social. Não se trata de um sujeito em plena liberdade, autônomo ou individualmente livre, como nos lembra E. P. Thompson (1981), mas como pessoa que experimenta as relações sociais e de produção intermediadas por necessidades e

interesses antagônicos. O autor considera que a ação acontece de acordo com situações determinadas, sob influência maior ou menor das estruturas de classe em sua cultura e consciência, e consoante com a experiência particular do sujeito. Logo, sua trajetória também nos permite refletir sobre as relações complexas entre a cultura letrada e a oralidade neste contexto. Isso porque de acordo com Thompson (1998), a associação entre os costumes e o acesso à educação formal como direito é mais estreita do que a literatura estruturalista nos permite entender, pois se às camadas populares se negava o acesso à educação formal a que outras estratégias elas poderiam recorrer senão à tradição oral e sua bagagem de costumes.

Assim, as relações de circularidade da cultura que encontramos na trama de Pedro Leite nos permitem refazer as codificações e decodificações de seu contexto, tecendo relações de conflitos e de conciliações nas matrizes culturais instaladas na cidade de São José do início do século XX. Como observou Mortari (2007) as configurações nesses espaços urbanos e nas vilas portuárias resultam de ações de sujeitos neles inseridos, por sua vez, organizados conforme necessidades e expectativas próprias.

Com isso, temos relações para além da colocação binária entre alta e baixa classe social, libertos e escravizados, brancos e afrodescendentes no período em análise, adicionando complexidade e sensibilidade nas identidades do alvorecer da modernidade catarinense.

## No ritmo do Capitão

Na esfera religiosa, Pedro Leite deixou registros de sua participação ativa na Irmandade de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito vinculada à Igreja Católica da cidade de São José, no livro caixa

da irmandade do município entre 1915 a 1931. Ao mesmo tempo, manteve-se ativo no terreiro de Umbanda da Mãe Malvina, destacado dentre os mais antigos espaços de religiosidade de matriz africana da Grande Florianópolis.

A formação de irmandades ou confrarias com o objetivo de congregar pessoas com interesses semelhantes para defender direitos em comum tornou-se uma estratégia recorrente no período, configurando espaços ambíguos de autonomia e de controle das populações afrodescendentes e africanas (SIMÃO, 2008). No que tange os documentos da irmandade, reunidos na obra de Gerlach e Machado (2007), foram encontrados regimentos da instituição que demonstram os critérios de inserção e as regras de funcionamento em concordância com os valores da época.

A Irmandade da Nossa Senhora do Rosário de São José foi constituída em sua maioria por africanos e afrodescendentes livres e cativos/as com o propósito de oportunizar o reconhecimento das manifestações culturais e religiosas desta população, e viabilizar a compra da alforria de vários sujeitos escravizados, “gerando uma intervenção assistencialista que procurava substituir as iniciativas isoladas de caridade” (SIMÃO, 2008, p. 30)<sup>9</sup>.

A participação nas irmandades exigia o pagamento de uma taxa de associação e respeito à hierarquização das estruturas internas de poder. Também dispunham os seus associados de certa influência na sociedade da Grande Florianópolis, o que pode ser evidenciado pela inserção na cultura letrada com a documentação devida das certidões de casamento, de batismo e de óbito. Permitia ainda, por intermédio dos vínculos de parentescos, a reinvenção das identidades, galgando diferentes posições sociais a depender da situação e dos contextos (MORTARI, 2007).

-22

Recinto do festa de S. Benedito a se  
realizar em 6 de julho de 1930.  
a-saber:

		Saldo em caixa	
		4084400	
Junho	14	Onduim angaiados: Justino Miguel de Campos	254400
"	19	Olympio Silvino de Albuquerque	144400
"	22	José Marcilino Pereira	64100
"	23	Julio Pereira do Rocio	84000
"	23	Vergilio Manuel Geraldo	174200
"	24	José Calisto	144500
"	25	Camillo Ferrino de Silva	174500
Julho	7	José Martinho de Santos	124000
"	7	Pedro Leite	104000
"	7	1º Juizo - Manoel Santos	104000
"	7	1º Juiz - Divalcio Aguiar de Lencas	304000
Julho	19	2º Juiz - Bento da Moura	204000
Julho	2	2º Juizo - Filho do Tomaz - Emílio Adreimundo	204000
Julho	8	José, um Clementina do Rocio, entugonome de amandino	324000
Julho	14	Amndema - Manoel Estancia de Santos *	24000
		* Recinto do festa de S. Benedito, realizado em 16 de de- zembro de 1930 - a-saber:	
Agosto	26	1º Juiz - Julio Pereira do Rocio	504000
		1º Juizo - Manoel Aguiar de Lencas	604000
		2º " - Manoel Maria Santiago	404000
		marcos - Manoel Augusto Pereira	244000
		" Manoel Ester do Rocio	34000
		" Ruyterio Aguiar	24000
		" Lucadio (ao contributo de J. Ferraz de Lencas)	34000
		" Braulino Philomina	14000
		" Candido Manoel	54000
		" Omar Marcilio	14000
		" Francisco Ambrozio	24000
		Administrador	904500

Figura 2 - Livro de Receitas e Despesas da Irmandade Nossa Senhora do Rosário e São Benedito São José de 24/02/1915 até 1931.

Fonte: Acervo de Osni Machado (2009).

A Irmandade, que não possuiu igreja própria na cidade, tinha apenas um altar na Matriz e organizava pelo menos duas vezes ao ano grandes festas em homenagem aos santos protetores. Naquele contexto, as festas eram animadas pela Banda União Josefense e pelo Cacumbi, dança de origem africana, que tinha na liderança do grupo, um capitão que determinava a coreografia e os cantos. Este líder era o Capitão Pedro Leite.

Dançando ritmado ao som das espadas, dos tambores e de outros instrumentos entoados pelas cantorias, o Cacumbi era apresentado diversas vezes ao ano, atravessando ruas e ultrapassando distritos, conforme organização da comunidade. Pelo seu

sentido contra-hegemônico, o destaque dos personagens envolvidos na dança cênica do Cacumbi provocava sentimentos de estranheza, de admiração e de respeito.

Em uma conferência realizada no Instituto Histórico Geográfico em 1939, o Major Álvaro Tolentino descreveu sua impressão sobre o Cacumbi praticado em São José:

O elemento africano, para atenuar a nostalgia da terra nativa, que nunca mais veria, organizou a dança dos Cacumbis, constituída de um casal real, aclamado pelos seus súditos e a competente Corte, que se exibiam nas ruas, com vestes de cores berrantes, chapéus afunilados, turbantes e bonés,

dançando e cantando versos adrede arranjados A coroação dos reis e o benzimento da bandeira, fazia-se com grande estardalhaço, apresentando um espetáculo inédito, alegre e pitoresco. [...] Depois das danças, em ampla sala, ornamentada com folhas de sagú, dispostas nas paredes, e bandeirolas multicolores de papel, iluminada com côtos de velas colocadas em arandelas e distribuídas pelos portais, os reis do Cacumbís recebiam as homenagens de seus vassalos, muitos dos quais vindos de localidades distantes, rufando tambores e tocando marimbas, cantando ao mesmo tempo versos adequados a festança, muitos dos quais as velhas pretas conservam na memória. [...] E numa alegria que tocava as raias do delírio, cantava a negrada até meia noite, hora em que o toque de recolher badalando o sino da Casa da Câmara, obrigava o bando a dissolver-se (SOUZA; CABRAL, 1943)<sup>10</sup>.

No discurso do Major emerge a subjetividade da branquitude que racializa e trata o afrodescendente como o "outro" ao se referir à uma parcela da população como o "elemento africano". Ao descrever o bando da "negrada", desumaniza os sujeitos ao mesmo tempo em que mantém a representação do branco no lugar estrutural de poder e de privilégio a partir do qual presume nomear, descrever o "pitoresco", e assim dominar os "outros" (SCHUCMAN, 2020).

Constituído de vários ternos de congos, cores de uniforme e coreografia, a contextualidade do Cacumbi pode ser interpretada como "Uma formalidade das práticas cotidianas que vem à tona nessas histórias, que invertem frequentemente as relações de força e, como as histórias de milagres, garantem ao oprimido a vitória num espaço maravilhoso, utópico." (CERTEAU, 1994, p. 85). Podemos observar esses elementos no registro da canção rememorada por três antigos moradores da cidade, registrada na obra de Farias (2001, p. 249):

I  
Assim, assim, senhor capitão  
Cadê o dinheiro da nossa nação  
Capitão: - Dinheiro eu não tenho, não posso te dar.

Eu tenho a espada pra te matar  
(Simulava-se uma luta de espada e isso se passava por todo o grupo)

II  
Senhor capitão queremos o dinheiro da nossa nação.  
Dinheiro eu não tenho, eu não vou te dar.  
Vocês vão ter que trabalhar.

III  
(Todos em roda e no centro o capitão que canta)  
O sim, o sim, o sim, capitão que dá dinheiro da nossa nação.  
Dinheiro eu não tenho, não posso te dar.  
O Nossa Senhora, amanhã venho cá.

A respeito da dualidade presente entre conformismo e inconformismo cultural vale retomar as contribuições de Bhabha (1998) no que se refere à imitação. Os praticantes do Cacumbi incorporaram em sua temática musical valores católicos, assimilando o culto à Nossa Senhora do Rosário nas encenações da dança africana. Essa imitação dos valores do grupo dominante, neste caso, os brancos, constituiu uma performance de representação híbrida e subversiva, como maneira de encontrar brechas para se expor, o que não implicou na abstenção dos valores da matriz africana nem no silenciamentos das estratégias de dominação do outro.

Como situa a dissertação de mestrado de Jaime José dos Santos Silva (2015), a privação das manifestações e dos modos de viver dos povos africanos e afrodescendentes em Santa Catarina na virada do século XIX para o XX está diretamente ligada à hierarquização nas formas de trabalho e à delimitação das terras de maneira desigual. Neste aspecto, o Cabumbi é compreendido no interior de um processo de protagonismo pela busca de acordos que pudessem, dentro dos limites estruturais, garantir espaços de pertencimentos aos povos afrodescendentes no pós-abolição.



**Figura 3 - Praça Hercílio Luz. Da esquerda para a direita Igreja Matriz, Casa de Câmara e cadeia e o Teatro/1921. Local de apresentação do Cacumbi e das procissões da Irmandade N. S. do Rosário e São Benedito.**

Fonte: Gerlach e Machado (2007).

Sua tímida existência no século XX não ocorreu de maneira passiva, dado que esses sujeitos lutavam por intermédio dos rituais e dos costumes para firmar alianças com o poder local (SILVA, 2015). No período aqui recortado, o Cacumbi foi uma prática comum nas regiões rurais do litoral catarinense como na capital Florianópolis e nas cidades de São José, Biguaçu, Tijucas, Penha, Araquari, Jaraguá do Sul e Laguna, alcançando a região serrana do planalto catarinense, no território de Lages, com registros de ocorrências no nordeste brasileiro (SILVA, 2015). Em uma sociedade com manifestações culturais inclinadas a favorecerem a origem europeia, resistia na contramão o Cacumbi em Santa Catarina.

Sua prática até meados do século XX, exclusivamente por afrodescendentes, mesmo após o período de escravidão, demonstra o caráter de resistência que esta dança cênica e religiosa representou para esta população. A essência da apresentação, figurada na côrte congoleza e na rivalidade de dois grupos, expressa uma oportunidade de inversão da ordem estabelecida, resguardando a nobreza da origem africana.

Os valores cristãos, ocidentais e africanos se encontram em formas híbridas, às vezes conflituosas

nas religiosidades de diferentes matrizes étnicas da cultura brasileira. Portanto, “essa modernização insatisfatória deve ser interpretada em interação com as tradições que persistem” (CANCLINI, 1997, p. 353). O fato dos praticantes de Cacumbi e dos integrantes da Irmandade de Nossa do Rosário e São Benedito serem, em sua maioria, descendentes de escravizados, marca esta circularidade da cultura como encontro de identidades em movimento, que se chocam entre o preconceito e a aceitação, a resistência e a transculturação (MORTARI, 2007).

Nesse sentido, o conceito de cultura tensiona para abranger um emaranhado de diferentes recursos e elementos conflitivos, no qual se estabelecem movimentos dialéticos entre o escrito e o oral, o dominante e o subordinado, a aldeia e a metrópole, dando configuração à uma arena de contradições, que somente emerge na forma de um “sistema” cultural sob a pressão imperiosa das forças hegemônicas (THOMPSON, 1998).

Transitando por distintas tradições, Pedro Leite para além do catolicismo oficial praticado na Irmandade do Rosário cultuou os orixás no Centro Espírita São Jorge de Umbanda da Mãe Malvina, localizado no bairro Estreito que pertenceu a São José. Sendo precursor na Grande Florianópolis, este

local foi o epicentro das manifestações religiosas nas quais eram tecidas as artimanhas contra-hegemônicas das populações marginalizadas, em especial, das comunidades negras e pobres (TRAMONTE, 2004; 2006). Pedro Leite, um dos seus primeiros adeptos, chegou a tornar-se pai pequeno (a segunda voz dentro do terreiro, substituto do chefe). Desta forma, o Centro foi um espaço de socialização importante para a comunidade afrodescendente, lugar respeitado e frequentado por pessoas influentes de todas as etnias, como políticos tradicionais que depositavam sua fé na umbanda. Recorrendo aos seus rituais e festas, tal qual o culto aos Pretos Velhos, o povo-de-santo utilizou em diversos contextos estratégias de inversão da hierarquia social como meio de sobrevivência de seus modos de ser e de estar no mundo. Neste percurso, faz-se presente uma outra faceta da trajetória do oficial de justiça que lida “[...] com esses sentimentos na cultura, como normas, obrigações familiares e de parentesco, e de reciprocidades, como valores ou (através de formas mais elaboradas) na arte ou nas convicções religiosas.” (THOMPSON, 1981, p. 189). Um complexo de crenças e práticas que de acordo com Thompson pode-se descrever como a consciência afetiva e moral do sujeito histórico.

Na medida em que o novo viver urbano dos primórdios da República passou a negar as antigas práticas e os costumes de vida dos trabalhadores, dos desocupados e dos marginalizados, foram perseguidas as tradições que contradiziam os ímpetos da civilidade europeia, da cosmopolitização da cultura e da moral universalizante. Tal interferência no mundo prático das pessoas promoveu em diversas ocasiões e domínios a redução tanto de seus espaços, quanto dos seus referenciais culturais e religiosos.

Ao silenciar as práticas de determinados grupos, a história oficial do município de São José tem corroborado com a invisibilidade histórica da população afrodescendente e seus contributos para o patrimônio material e imaterial da cidade. Nota-se que na intenção de valorizar imigrantes de origem europeia, a população de origem africana ou indígena foi simplesmente excluída da história do município, em símbolos institucionais oficiais, como o hino de São José (SILVA, 2011)<sup>11</sup>.

Esta omissão dos grupos afrodescendentes como sujeitos históricos desta localidade é aqui destacada como “a própria negação do outro, que pode ser ou não ser inconsciente, mas igualmente produz e reproduz a discriminação racial” (LEITE, 1996, p. 40). Nesse aspecto, vale atentar que “[...] o próprio termo “cultura”, com sua invocação confortável de um consenso, pode distrair nossa atenção das contradições sociais e culturais, das fraturas e oposições existentes dentro do conjunto.” (THOMPSON, 1998, p. 17).

Na pesquisa intitulada O patrimônio cultural afro-brasileiro: São José, um estudo de caso (2016) considera que se mantém como predominante no município a salvaguarda de bens característicos do período denominado pedra e cal, isto é, construções como igrejas, casarões entre outras edificações de estilo arquitetônico colonial, que guardam relação com a visão “colonizadora, monocultural e eurocêntrica.” (PASSOS; NASCIMENTO; NOGUEIRA, 2016, p. 197). Mais recentemente, a pesquisa desenvolvida por Paim e Silva (2019, p. 191) demonstra que esta tendência ainda predomina na cidade de São José ao problematizar desde o site da prefeitura até o tombamento de determinados bens culturais. Alegam que “Na construção da identidade luso-açoriana do município de São José a influência alemã, italiana, africana, árabe, indígena entre outras, ficaram silenciadas, assim como alguns aspectos da própria cultura portuguesa.” Uma vez que predomina a materialidade do patrimônio em detrimento dos valores simbólicos de fazeres e saberes atrelados às edificações.

Este discurso contribui para a manutenção das colonialidades do ser, do poder e do saber que, como apontam Quijano e Mignolo (2017), são estruturas constituintes da modernidade. Por colonialidades entende-se a permanência de lógicas subjacentes do colonialismo, enquanto período demarcado pelas relações entre metrópole e colônia, senhores e escravizados. Elas estão interligadas de modo a sustentar a matriz colonial do poder em diferentes manifestações, tais como a colonialidade do ser que implica na negação da identidade do outro e na racialização dos povos não-brancos, e na colonialidade do saber relacionada ao epistemicídio e à discriminação de outras racionalidades que fogem da ciência iluminista e da razão instrumental.

Na contramão desta tendência, destacamos a função do patrimônio material e imaterial como importante mediador das identidades afro-brasileiras entrecruzando diferentes tempos, lugares e pertencimentos. O estudo de caso sobre o patrimônio cultural josefense também evidencia na memória coletiva a presença de Pedro Leite e em suas representações contemporâneas, como a dedicatória de uma rua homônima no bairro Barreiros e na ocasião "Troféu Pedro Leite", oferecido para pessoas ou instituições comprometidas com a promoção da igualdade racial no município de São José<sup>12</sup>.

Uma vez que o patrimônio cultural está concentrado na memória das pessoas, adquirindo sentido por meio de suas práticas tradicionais e de suas histórias de vida, as narrativas contra-hegemônicas construídas sobre Pedro Leite e de tantos outros sujeitos anônimos de São José adquirem novos significados, movimentando a história do povo josefense. Nessa perspectiva, fazemos alusão às considerações de Paula e Lima (2018) quando afirmam que o ser humano é em si mesmo um patrimônio cultural e, por conseguinte, deve ser preservado.

Desse modo, a complexa rede de sociabilidades estabelecida por Pedro Leite e especialmente sua ligação com o Cacumbi, com a Irmandade e com a Umbanda, demonstra que o oficial de justiça foi uma peça chave na resistência da cultura de origem africana em São José, pois com a articulação destas relações particulares tornou-se possível a garantia da transmissão das experiências sociais e a manutenção da sabedoria comum da coletividade (THOMPSON, 1998). Portanto, como afirma Mortari (2007), não se trata de uma assimilação passiva, mas de uma identidade, sobretudo, política e reinventada conforme os jogos de poder nos quais se insere.

Pedro Leite ao se enveredar pelos caminhos da irmandade e do próprio Cacumbi constituiu muitos laços de solidariedade, nos quais fortaleceu seu vínculo com a sociedade josefense, que tinha o catolicismo como um poder hegemônico, ao mesmo tempo em que conquistou um espaço para evidenciar e fortalecer sua identificação com a cultura de matriz africana apesar do preconceito prevalente. O ingresso às irmandades representava ainda o reconhecimento social, possibilidades de

contatos e uma tentativa de contornar os preconceitos sociais e raciais que caracterizam a sociedade brasileira.

Compreendemos, assim como Hall (2005, p.13), que "o sujeito é composto não de uma única, mas de várias identidades, algumas vezes contraditórias ou não resolvidas [...] assumidas em diferentes momentos, identidades que não são unificadas.". Dentre suas diferentes performances o Capitão do Cacumbi, o integrante da Irmandade do Rosário, o Oficial de Justiça, o Pai Pequeno e o "Negro de Avenida", encontram-se e se desencontram em permanentes processos de transformação, nos quais se mantêm como cerne o caráter de resistência às imposições estruturais da modernidade e da colonialidade na primeira metade do século XX.

## Considerações Finais

Histórias como a de Pedro Leite nos mostram que a despeito das determinações do contexto histórico a experiência histórica não é uma categoria aprisionada pela estrutura hierárquica e racializada da modernidade. Sua presença desde a elite até os lugares mais marginalizados da cultura, em função do preconceito racial e do fundamentalismo religioso, rompe com as fronteiras estritamente delimitadas entre baixa e alta classe social, entre branquitude e negritude no período pós-abolicionista.

A complexa rede de sociabilidades estabelecida pelo oficial de justiça ilustra possibilidades estratégicas de inserção e ascensão social dos afrodescendentes na sociedade josefense do pós-abolição. Investigando o porquê dos olhares temerosos que o seguiam durante sua caminhada na praça Hercílio Luz, observamos seu transitar por entre os políticos locais e a população menos abastada, incorporando identidades diversas.

O líder comunitário, o oficial de justiça e o capitão do Cacumbi, com raízes no samba e também na umbanda, habitou a territorialidade do entre-lugar, uma vez que diferente da branquitude, ocupou uma posição social distinta daquela que fora relegada aos seus familiares durante e após a escravização dos povos de origem africana. Assim,

Pedro Leite é uma personalidade chave para o estudo da resistência da cultura afrodescendente na cidade de São José nos primórdios do século XX.

Evidenciando a circularidade da cultura nos rastros de sua trajetória, consideramos as disputas de poder travadas pela permanência dos referenciais culturais de povos escravizados. Um jogo complexo de sentimentos e de necessidades que variam entre a assimilação e a resistência performadas pelo Cacumbi nas festas da Irmandade do Rosário e São Benedito. Destacamos também que ao silenciar as narrativas de determinados grupos, a história oficial do município tem corroborado com a invisibilidade histórica da população afrodescendente e seus contributos para o patrimônio material e imaterial da cidade.

Por fim, reafirmamos a figura do Capitão como um homem em transição e de múltiplas identidades. Transitou entre a escravidão e a liberdade, o império e a república, o povo e a elite, o catolicismo e a umbanda. Do anonimato ao oficial de justiça, desafiou a *sui generis* as marcas do preconceito em uma época na qual o racismo como imperativo colonial justificava por si só a manutenção das desigualdades sociais.

## Notas

1 Neste artigo não abordamos os sentidos e os significados que Pedro Leite proferia a respeito de sua posição social na sociedade josefense. Trata-se, neste recorte, dos olhares que a sociedade e a história oficial lançou sobre este sujeito, em sua condição distinta - tanto da branquitude nos espaços de poder, quanto das classes menos favorecidas nos espaços marginalizados (SCHUCMAN, 2014; DOMINGUES, 2011).

2 Localizado ao leste da capital Florianópolis, atualmente o município faz limite ao norte com Biguaçu, ao sul com Palhoça e Santo Amaro da Imperatriz, a oeste com Antônio Carlos e São Pedro de Alcântara.

3 No arquivo histórico e administrativo do município não estão preservados os documentos relativos ao século XVIII. Os registros encontrados de pagamentos de impostos por propriedade de escravizados, certidões de nascimentos, declarações de relações de escravizados por proprietários, recibos de compra e de venda, bem como as cartas de alforria disponíveis no arquivo municipal de São José são todos referentes ao período histórico do século XIX.

4 Fonte: IBGE, 2003. Densidade Demográfica em São José: População branca - 155.857 e população negra - 16.209.

5 Enciclopédia dos Municípios Catarinenses, IHGSC, 1959.

6 O termo memórias refere-se às entrevistas realizadas por Janaína Amorim da Silva para a dissertação de mestrado *Tramas cotidianas dos afrodescendentes em São José no pós-abolição*, que entrecruza a narrativa de Pedro Leite com sujeitos do município de São José, em busca da sua relação de identificação ou não-identificação com a história oficial do município e a trajetória de Pedro Leite. Entre os entrevistados, todos nascidos no início do século XX, estão o neto de Pedro Leite, Sr. Valdori Vieira da Costa; a Sr.<sup>a</sup> Osvaldina da Rosa Vieira, prima de Valdori; a Sr.<sup>a</sup> Maria Eulália Freitas Silva, que teria sido uma das primeiras professoras de descendência africana de São José; a Sr.<sup>a</sup> Alcina Júlia da Conceição, que lavou muitas roupas na histórica Bica da Carioca; a Sr.<sup>a</sup> Maria Ieda Matias Silva, vizinha de uma das mulheres de Pedro Leite, e o Sr. Alzemiرو Lídio Vieira, poeta, nascido na região rural de Santa Filomena, que pertencia a São José; todos parceiros nessa pesquisa e nesta produção. Os depoimentos foram gravados e posteriormente transcritos. A História oral temática foi uma dentre as possibilidades metodológicas, sendo que durante a pesquisa, muitas vezes, essas tipologias - História Oral Temática, Oral de Vida e de Tradição Oral - apareceram simultaneamente traçando um paralelo com situações semelhantes encontradas em outros municípios catarinenses.

7 A expressão “Negro da avenida” foi usada por Maria Ieda Matias Silva em entrevista concedida à Janaína Amorim da Silva, publicada em sua dissertação de Mestrado, na qual ela narra que “Ele era assim, igual um vereador, quando a gente queria qualquer coisa ia até ele, ele dava um jeito de ajudar. Ele era negro da avenida, negro branco. Negro da avenida porque onde encontrava ele, podia ser em qualquer lugar ele atendia” (SILVA, 2011, p. 71).

8 Descartamos a denominação usual de folclore para descrever a prática do boi-de-mamão no estado de Santa Catarina, que segundo E. P. Thompson (1998) ancora-se numa ideia da perda dos costumes em detrimento do avanço da modernidade. Nesse sentido, o termo folclore desloca as práticas de resistência para ater-se à perspectiva da curiosidade, acarretando na subordinação destes costumes perante à cultura letrada, aliado à suposta neutralidade no registro de suas manifestações.

9 Sobre a Irmandade do Rosário em Florianópolis ver Rascke (2016). Na obra a autora historiciza a construção e a atuação das Irmandades de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito em Florianópolis de 1888 a 1940.

10 Discurso do major Álvaro Tolentino de Souza, em palestra realizada em 30 de maio de 1939, no Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina, publicado na revista do IHGSC em 1940.

11 Hino de São José. Disponível em: <<https://www.saojose.sc.gov.br/images/uploads/geral/hino.pdf>>. Acesso em: 9 jul. 2021.

12 A referida homenagem foi organizada pela Secretaria Municipal de Educação de São José intermediada pelo Setor de Educação das Relações Étnico-racial e Gênero, sob a coordenação da Prof.<sup>a</sup> Janaína Amorim da Silva em virtude das comemorações do Mês da Consciência Negra de 2008.

## Referências

BHABHA, Homi K. **O local da Cultura**. Belo Horizonte: UFMG, 1998.

BENJAMIN, Walter. **Obras Escolhidas, v. III**: Charles Baudelaire um lírico no auge do capitalismo. Tradução: José Carlos M Barbosa, Hemerson Alves Baptista. São Paulo: Brasiliense, 1989.

CANCLINI, Nestor G. **Culturas Híbridas estratégias para entrar e sair da modernidade**. São Paulo: EDUSP, 1997.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**. Petrópolis: Vozes. 1994.

DOMINGUES, Petrônio. “Um desejo infinito de vencer”: o protagonismo negro no pós-abolição. **Topoi**, v. 12, n. 23, p. 118-139, jul-dez. 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/topoi/v12n23/1518-3319-topoi-12-23-00118.pdf>. Acesso em: 29 set. 2020.

FARIAS, Vilson Francisco de. **São José: 250 anos**: natureza, história, cultura. 2 ed. São José, 2001.

GERLACH, Gilberto; MACHADO, Osni. **São José da Terra Firme**. São José: Prefeitura Municipal de São José, 2007.

GROSGOUEL, Ramón. Para uma visão decolonial da crise civilizatória e dos paradigmas da esquerda ocidentalizada. *In*: BERNARDINO-COSTA, Joaze; MALDONADO-TORRES, Nelson; GROSGOUEL, Ramón (Orgs.). **Decolonialidade e pensamento Afrodiaspórico**. 2 ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019.

HALL, Stuart. **A Identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

Hino do Município de São José. Disponível em: <<https://www.saojose.sc.gov.br/images/uploads/geral/hino.pdf>>. Acesso em: 9 jul. 2021.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Densidade Demográfica em São José**. IBGE, 2003.

Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina. **Enciclopédia dos municípios brasileiros**. IHGSC, 1959.

Livro de Receitas e Despesas da Irmandade Nossa Senhora do Rosário e São Benedito São José de 24/02/1915 até 1931, Arquivo particular de Osni Machado.

MIGNOLO, Walter. Colonialidade: O lado mais escuro da modernidade. Tradução de Marco Oliveira. **Rev. Brasileira de Ciências Sociais**, v. 32, n. 94, p. 1-18, jun. 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v32n94/0102-6909-rbcsoc-3294022017.pdf>. Acesso em: 10 out. 2020.

MORTARI, Claudia. **Os africanos de uma vila portuária do sul do Brasil: criando vínculos parentais e reinventando identidades** (Desterro, 1788-1850). 2007. Tese (Doutorado em História) Programa de Pós-Graduação em Educação, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.

PAIM, Elison Antonio; SILVA, Janaina Amorim da. Patrimônios culturais em São José - SC: identidades de quem? **Fronteiras**: Revista de História, Dourados, MS, v. 21, n. 38, p. 182-197, jul-dez. 2019.

PASSOS, Joana Célia dos; NASCIMENTO, Tânia Tomázia do; NOGUEIRA, João Carlos. O patrimônio cultural afro-brasileiro: São José, um estudo de caso. **Rev. Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 29, n. 57, p. 195-214, jan-abr. 2016. Disponível em: [https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-21862016000100195](https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-21862016000100195). Acesso em: 1 out. 2020.

PAULA, Josiane Beloni de.; LIMA, Valdemar de Assis. O ser humano como patrimônio: uma possibilidade de salvaguarda de saberes e fazeres culturais. In: PAIM, Elison A.; PEREIRA, Pedro M.; FREIRE, Ana Paula. (Orgs.) **Diálogos com Walter Benjamin**: memórias e experiências educativas. Florianópolis: NUP/CED/UFSC, 2018.

RASCKE, Karla Leandro. **Irmandades Negras**: Memórias da Diáspora no sul do Brasil. Appris: Curitiba, 2016.

SÃO JOSÉ, Arquivo Municipal, documentos de coletoria, pasta: escravidão, 1868.

SÃO JOSÉ, Arquivo Municipal, documentos de coletoria, pasta: escravidão, 1876.

SCHUCMAN, Lia Vainer. Sim, nós somos racistas: estudo psicossocial da branquitude paulistana. **Psicol. Soc.** [online]. 2014, v. 26, n. 1, p. 83-94. Disponível em: [https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-71822014000100010&script=sci\\_abstract&tlng=pt](https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-71822014000100010&script=sci_abstract&tlng=pt). Acesso em: 27 set. 2020.

SILVA, Jaime José dos Santos. **Memórias do Cacumbi**: cultura afro-brasileira em Santa Catarina, séculos XIX e XX. Dissertação (Mestrado em História), Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2015.

SILVA, Janaína Amorim. **Tramas cotidianas dos afrodescendentes em São José no Pós-abolição**. Dissertação (Mestrado em História), Programa de Pós-Graduação em História, Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, 2011.

SILVA, Maria Ieda. Entrevista concedida a Janaína Amorim da Silva em 13 de junho de 2010. Criciúma, Santa Catarina.

SIMÃO, Maristela dos Santos. **Lá vem o dia, lá vem a Virgem Maria. Agora e na hora de nossa morte**: a irmandade de nossa Senhora do Rosário e São Benedito dos homens pretos em Desterro. Itajaí: UDESC; Casa Aberta, 2008.

SOUZA, Álvaro Tolentino; CABRAL, Osvaldo R. **Revista do Instituto Histórico Geográfico de Santa Catarina**, ano 1940, 1º semestre.

THOMPSON, Edward Palmer. **A Miséria da Teoria ou um planetário de erros**: uma crítica ao pensamento de Althusser. Tradução de Waltensir Dutra. Zahar, 1981.

THOMPSON, Edward Palmer. **Costumes em Comum**: estudos sobre a cultura popular tradicional. Tradução: Rosaura Eichenberg. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

TRAMONTE, Cristiana. A umbanda no período autoritário na Grande Florianópolis: sincretismo e ludicidade nas estratégias de Mãe Malvina. *In*: **Negros em Santa Catarina - Série Pensamento Negro em Educação**, n. 9. Florianópolis: Atilênde, 2006.

TRAMONTE, Cristiana. O sincretismo religioso umbandista como estratégia de resistência no período ditatorial brasileiro: o lúdico como argumento. *In*: IV Congresso Virtual de Antropologia y Arqueologia, 2004. **Anais do IV Congresso Virtual de Antropologia y Arqueologia**. Buenos Aires: Equipo Naya, 2004. Disponível em:  
[https://equiponaya.com.ar/congreso2004/ponencias/cristiana\\_tramonte\\_2.htm](https://equiponaya.com.ar/congreso2004/ponencias/cristiana_tramonte_2.htm). Acesso em: 16 set. 2020.